

Amagis NA IMPRENSA

NOVEMBRO DE 2011

REVISTA VOX OBJETIVA (BH) • AGOSTO DE 2011

A JUSTIÇA NÃO AGUENTA MAIS

especial - justiça

Com oito juizes para 100 mil habitantes, Brasil enfrenta problemas com a falta de magistrados. Déficit que se estende por todo o Judiciário

Lucas Alvarenga

Com otimismo, o promotor Marcelo Milagres projeta um futuro diferente do presente, de ausência de Judiciário brasileiro. Afinal de contas, o representante do Ministério Público faz questão de ressaltar a palma da mão para o Direito: o ga. Não é a toa que os novos livros saem na faculdade com a intenção de prevenir problemas, que se tornam nos tribunais Brasil afórta, como o mais recente relatório em Números - Indicadores do Poder Judiciário, divulgado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) ano passado em 2009 tramitaram 86,6 milhões de processos no país.

A enormidade de papéis atribuídos aos responsáveis por esse e provou o andamento das coisas. Tanto que em Minas Gerais há um juiz para cada 20 mil habitantes, aceitável, conforme o CNJ, se tratar esse número para que o país pudesse alcançar a média mundial. Pelas contas da Associação, cerca de 1.000 magistrados e 200 mil mineiras. Número insuficiente de acordo com o Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJM), que garante: das 297 comarcas, apenas 45 estão sem juiz. Em outras palavras, a maioria das comarcas não tem juiz. E, no meio entrância como Jacinto Vale do Jequitinhonha, onde indivíduos dependem da visita de um magistrado de Almenara, quilômetros daquela cidade.

Com o olhar voltado para as dezenas de documentos a serem despachados, o desembargador Herbert Carneiro, vice-presidente da Associação dos Magistrados de Minas Gerais (Amagis), relatou a situação ocorrida no município que margeia o Rio Jequitinhonha. "Sou juiz de Almenara, uma comarca de segunda entrância. Dou conta do meu serviço por lá e atendendo Ja-

“ No Brasil, tudo é resolvido por meio do Judiciário. Se falta um hospital, leva para a Justiça. Se precisa de uma escola, leva para a Justiça. O Brasil tem que mudar essa mentalidade ”

Herbert Carneiro, desembargador

como colaborador. Peço nessa comarca que separem os processos de maior urgência, como aqueles de dívidas alimentícias e de réus presos. Não tenho condição de despachar tudo. É humanamente impossível que isso aconteça”, recorda.

na 1ª Vara Cível e no Juizado Especial. Devido à ausência de um juiz entre maio e dezembro de 2009 na cidade, a hoje titular Lucy Augusta de Freitas enfrenta uma jornada que começa a luz do dia e perdura até a noite. Tudo para dar conta dos milhares de casos que surgem na região, segundo a própria magistrada. Em Ipatinga, principal município do Vale do Aço, o fórum da cidade encerrou 2010 com 14.365 processos em andamento, sendo 8.700 apenas para um juiz, Fábio Torres, da Vara da Fazenda Pública.

Em todo estado, há milhares de vagas habilitadas para ocupar o cargo e ainda mais intenso. Conforme a Associação Mineira do Ministério Público (AMMP) há 100 promotores a menos que juizes em Minas. O diretor-presidente da Fundação Escola Superior do Ministério Público (Fesmp), Marcelo Milagres, reforça os números da Associação que apontam para casos de um promotor para 100 mil habitantes nas regiões Norte e Vale do Jequitinhonha. “A questão está generalizada. Talvez no norte e nordeste de Minas a situação seja mais perceptível por causa da distância entre as comarcas. Já no sul, a falta de promotores é, em geral, menos sentida, pelo inverso”.

A raiz do déficit

A fim de explicar as razões que direcionaram o Judiciário a esta si-

tuação, Herbert Carneiro e Marcelo Milagres expõem fatores de uma ciranda com suas idas e vindas. Para o desembargador, a disfunção nos quadros começa pela Lei de Responsabilidade Fiscal. A LRF permite que o Estado invista 6% do orçamento líquido com o custeio do Judiciário. De acordo com o TJMG, a quantia chega a R\$ 2,7 bilhões para 2011. “Às vezes, o orçamento fica muito aquém da necessidade. A verba que hoje paga 20 mil servidores, além de 1.500 juizes e desembargadores, é a mesma que mantém as comarcas e os investimentos. Não dá pra sair criando comarcas e varas”, lembra Carneiro.

Em função das contas enxutas, o desembargador garante que os valores gastos com o pagamento de diárias são infinitamente menores

do que se prover uma comarca com juiz. “Nessa estrutura tem a secretaria com todos os custos: servidores, logística, tecnologia. Para instalar uma vara, há que se ter previsão na lei. Já para se prover o cargo de juiz, é preciso abrir concurso para promotor e defensor público. Ou seja, o custo de tudo isso é altíssimo”. Segundo Herbert, cada secretaria é composta por um diretor e, no mínimo, cinco servidores. Embora seja compreensível, a impossibilidade de investir prejudica a celeridade e qualidade de análise dos processos.

Aliás, a qualificação do profissional de Direito é outro entrave. Recentemente, o Ministério Público em Minas Gerais abriu concurso para ocupar 70 vagas de promotor. Os aprovados, porém, não totalizavam o número de cargos postos à dispo-

sição. “Temos faculdades de excelência em Direito, só que algumas escolas não acompanham. Além disso, muitos bachareis formados não têm interesse em atuar pelo Ministério Público. A baixa aprovação também se justifica pelo rigor dos concursos, pela necessidade de preparação prévia e pelos três anos de prática exigidos para o ingresso no MP. E após o prazo, quem garante que o profissional não continuará na iniciativa privada?”, questiona Milagres.

A legislação também emperra. Atualmente, propostas para a alteração do Código de Processo Civil e do Código de Processo Penal tramitam no Congresso. Para Herbert Carneiro, ambas melhorariam o julgamento dos processos nas diferentes instâncias e tribunais superiores. A possibilidade de recurso para o Supremo e para o Superior Tribunal de Justiça acaba por inviabilizar o funcionamento deles. “O Poder Judiciário não aguenta mais trabalhar com códigos ultrapassados. O Código de Processo Penal é de 1941 e o de Processo Civil é de 1973, com algumas reformulações. São ultrapassados”, enfatiza o desembargador.

Em virtude do atraso nas normas, a Justiça enfrenta dificuldades em lidar com questões recentes. “Novos conflitos surgiram nos dias atuais, como aqueles causados pelas redes sociais. Eles trouxeram consigo uma realidade com a qual não estávamos habituados”, acrescenta Marcelo Milagres, ao apresentar esses problemas como sinais de novos tempos para o Judiciário.

Mediar e avançar

Para representantes do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), provavelmente está na ascensão da classe média uma das razões para o aumento de processos no Brasil. Também, graças ao avanço das mídias, a sociedade se tornou mais bem informada e passou a reivindicar cada vez mais os seus direitos. Eis que o problema está justamente na procura por esse poder reparador. “O país precisa investir mais nas estruturas de conciliação, de mediação e na justiça restaurativa. A questão é que, no



Para o diretor-presidente da Fesmp, Marcelo Milagres, a palavra-chave do Direito deve ser o diálogo. O promotor defende a conciliação e a mediação com saídas para aumentar a celeridade e qualidade do atendimento da Justiça brasileira

diárias e combater a “indústria de recursos”, o presidente do STF, Cezar Peluso, sugeriu ao Senado um Projeto de Emenda à Constituição, apresentado pelo parlamentar Ricardo Ferraço (PMDB-ES) como a “PEC dos Recursos”. A proposição tramita na Casa. Mas não é o bas-

Tanto para Carneiro, quanto para Milagres, a Justiça não pode mais conviver sem a presença da tecnologia. “Não é possível que continuemos trabalhando apenas na base do papel, principalmente na Justiça criminal. Se eu preciso de uma informação da polícia, eu mando um papel para ela me enviar outro papel. É assim com os operadores do Direito de maneira geral. Precisamos partir para a eletrônica do processo. Já temos lei que prevê isso. O Juizado Especial Cível, da UFMG, é um belo exemplo. Desde o ingresso da demanda até a decisão final, tudo é virtual”, salienta o desembargador, que completa. “Essa mudança geraria benefícios ambientais, econômicos e sociais”.



PEC dos Recursos, sugerida pelo ministro e presidente do STF, Cezar Peluso, é alternativa, mas não a solução para os problemas do Judiciário, dizem os especialistas

Brasil, tudo é resolvido por meio do Judiciário. Se falta um hospital, leva para a Justiça. Se precisa de uma escola, leva para a Justiça. O Brasil tem que mudar essa mentalidade”, alerta o vice-presidente da Amagis, Herbert Carneiro.

Por causa da cultura de se resolver divergências em frente a um juiz, Minas acumula mais de 4 milhões de processos na primeira instância e 150 mil na segunda, ambos anualmente. No Brasil, de acordo com CNJ, 25,5 milhões de processos foram protocolados em 2009. Com o propósito de

reverter esse quadro e tornar o acesso à Justiça mais ágil, o diretor-presidente da Fesmp acredita que algumas estruturas e normas deram certo. Dentre elas estão o divórcio direto e os juizados especiais, apontados por Milagres como “facilitadores”.

Apesar destas conquistas, há muito que evoluir. “Precisamos reformular os códigos vigentes no país, analisar de outra forma os conflitos massificados, hoje resolvidos no estado individualmente, e garantir a celeridade”, expõe Milagres. Para assegurar soluções ime-

segura que a inclusão digital nas instituições do direito processual é um dos desafios, embora não seja o único. “Temos que aperfeiçoar as estruturas de conciliação e mediação no Brasil, mudar a cultura vigente e instituir a palavra diálogo. Precisamos que as escolas, as demais instituições e que a mídia estimulem o diálogo para que mais casos possam ser resolvidos com celeridade, qualidade e com foco, sobretudo, no cidadão”.

ALERTA

Juízes estão doentes e com medo

Magistrados têm apresentado mais sintomas de doenças físicas e emocionais, além da preocupação com a segurança



76

JANAÍNA OLIVEIRA

O Brasil terminou o ano de 2010 com mais de meio milhão de presos, sendo quase 45% deles em situação cautelar, ou seja, na espera por uma decisão definitiva. São pelo menos 220 mil pessoas, a maioria pobre, atrás das grades e sem a sentença final. O drama, provocado por um sistema sobrecarregado e lento, já é do conhecimento de grande parte dos brasileiros. O que muita gente ainda não sabe é que a Justiça também é injusta para os que nela trabalham.

Abarrotados de processos – média de 4.763 por ano, sendo o volume aceitável de mil processos por magistrado, no máximo –, os juízes estão adoecendo. Em decorrência do excesso de trabalho, da falta de estrutura adequada e de pessoal, apontam as principais associações da categoria. Os profissionais de toga têm apresentado mais sintomas de ansiedade, depressão, distúrbio de sono, doenças cardíacas e até câncer.

Na ponta do *iceberg*, está a preocupação com a segurança e com a vida – a própria e a de seus familiares. Somente em Minas Gerais, segundo o diretor da seccional do Norte do estado da Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis), Marcos Antônio Ferreira, são mais de 20 juízes ameaçados de morte. “Nós, que já enfrentamos a carga excessiva de trabalho, agora estamos apreensivos. Muitos tiveram que dobrar cuidados, mudar hábitos e deixar de fazer coisas simples, como caminhada na rua. Isso expõe nossa vulnerabilidade e aumenta o estresse”, afirma.

Colega de profissão de Marcos Ferreira, o juiz Isaias Caldeira Veloso, da 1ª Vara Criminal de Montes Claros, convive com a ameaça há tempos. No início de 2010, uma operação conjunta das polícias Civil e Militar conseguiu desarticular um plano para matá-lo. Quatro suspeitos foram pre-

» CARGA PESADA

Justiça de 1ª instância

Distribuição média de processo por juiz (ao mês)

1994 - 62
2010 - 200

Número de sentenças por juiz (ao mês)

1994 - 47
2010 - 143

Juízes em atividade

1994 - 537
2010 - 927

Total de processos em andamento na Justiça comum estadual

1994 - 507,87 mil
2010 - 4,415 milhões

Média de processos por juiz (ano)

1994 - 946
2010 - 4.763

Desembargadores (TJMG)

2005 - 117
2010 - 121

Processos distribuídos por desembargador (ao mês)

2005 - 110
2010 - 198

Processos julgados por desembargador (ao mês)

2005 - 45
2010 - 171

Recentemente, ele voltou a ser coagido. Uma de suas filhas passou a receber ligações anônimas com conteúdo ofensivo e ameaçador. “Amo o que faço, mas estou muito preocupado com nossa classe. O juiz trabalha, trabalha, trabalha. Enfrenta todo tipo de gente em processos onerosos para o estado. Só que, beneficiados pela lei, os condenados têm a pena reduzida e praticamente não ficam presos. O resultado é a sensação de impunidade e muita frustração”, desabafa.

mais recessos após a morte da juíza Patrícia Acioli, assassinada com mais de dez tiros na porta de casa em Niterói, em agosto deste ano. Conterido, passou a ter dificuldade para dormir, ficou mais ansioso e ganhou peso. Mas, como a juíza Patrícia, diz não ter medo de morrer. “A responsabilidade do cargo é enorme. Temos que seguir em frente.”

O juiz Sérgio Abdalla Semião, de Belo Horizonte, não aguentou. Seu organismo perdeu a batalha para a rotina de trabalho que começava às sete da manhã e só terminava 12 horas depois. Preocupado com o acúmulo de tarefas e a responsabilidade do cargo, não comia direito nem praticava exercícios, era agitado e só dormia à base de Lexotan. Em 1997, aos 45 anos, teve que se submeter a quatro cirurgias de pontes de safena e de mamária. Três anos mais tarde, chegou a desmaiar no fórum em duas ocasiões. Em 2001, aos 49 anos, aposentou-se por invalidez. “Obviamente, há o componente genético. Mas os próprios médicos afirmam que a sobrecarga de trabalho, a urgência dos assuntos e o estresse foram decisivos para o meu quadro clínico. É inacreditável o que juiz passa no Brasil”, revela Semião, que dedica-se aos estudos e à produção de um livro.

O retrato de um Judiciário

ALERTA

ADOCIMENTO
DO JUDICIÁRIO

- 84,4% costumam trabalhar em casa
- 70,4% trabalham nos finais de semana, mesmo estando cansados
- 69,5% se alimentam em horários irregulares por causa do trabalho
- 64,3% trabalham mesmo nas férias
- 53,8% dormem mal
- 50,9% frequentemente têm insônia
- 45% deitam depois da meia-noite
- 41,5% sofrem de depressão
- 37,8% estão tristes atualmente
- 33,2% estiveram de licença médica nos últimos 12 meses
- 32,2% estão em risco de apresentar transtornos mentais
- 17,5% usam medicamentos para depressão ou ansiedade

Fontes: Anamatra, Amagis, ONU



NELSON MISSIAS:
"Do jeito que está,
fica difícil atender à
população da maneira
que ela merece"

doente é escancarado na pesquisa *Situação de Saúde e Condições do Exercício Profissional dos Magistrados Trabalhistas do Brasil*, feita pela professora Ada Ávila Assunção, da Escola de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), a pedido da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra). De acordo com o estudo, que ouviu mais de 700 profissionais em todo o país, 41,5% dos juízes trabalhistas brasileiros declararam depressão diagnosticada por médicos. Quase 18% tomam medicamento para controlar a doença e aliviar seus sintomas.

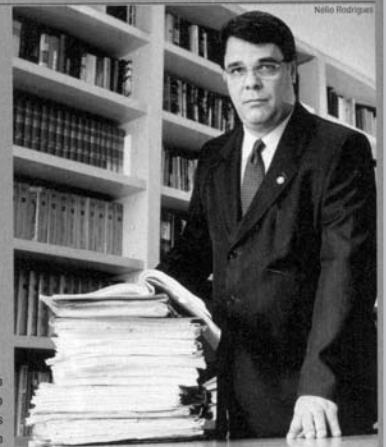
Nos últimos 12 meses, 33,2% estiveram de licença médica e, nos últimos 30 dias, 26% deixaram de realizar tarefas habituais devido a algum problema de saúde. O levantamento aponta que aproximadamente 40% sentem-se tristes e mais de 15% choram mais do que o de costume. O motivo da tristeza não é o salário. Com rendimentos superiores a R\$ 5 mil mensais, a categoria culpa o trabalho excessivo: 85% dos entrevistados costumam trabalhar em casa, 45% deitam depois da meia-noite e 17,5%

acordam antes das cinco da manhã para dar conta dos afazeres. Férias, só no papel. Pelo menos 64% confessaram que não abandonam os processos no período que deveria ser de descanso.

"O resultado da pesquisa é gravíssimo, pois mostra que o problema dos juízes não é só físico, mas também psicológico. Com isso, o número de afastamentos tem aumentado, trazendo mais intranquilidade aos magistrados e morosidade para o sistema", afirma o presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), Renato Sant'Anna, para quem, infelizmente,

que o diga o presidente da Amagis, o juiz Bruno Terra Dias. "A incidência de doenças ligadas ao estresse tem apresentado curva ascendente entre nossos associados. Na última década, a composição de gastos do plano de saúde da Amagis com câncer, por exemplo, saiu de 1% para 8%, sendo que 3% já pode ser considerado um percentual absurdamente

VIVER Outubro 21 - 2011



Nelson Rodrigues

MAL GENERALIZADO

Para Renato Sant'Anna, problemas são vividos por juízes de todo o país

ALERTA Segundo Bruno

Terra Dias, o adoecimento dos juízes é cada vez mais prematuro

alarmante", alerta. Para Bruno Terra, também assusta o fato de que, nos últimos 15 anos, apesar de os magistrados ingressarem mais jovens na carreira, o adoecimento está cada vez mais presente e prematuro. "Doenças como hipertensão, estenose arterial, depressão e dores lombares acontecem com mais frequência, mesmo em indivíduos jovens", lamenta.

O comprometimento da saúde da magistratura é causado, segundo o presidente da Amagis, por um conjunto de fatores. Em primeiro lugar, a sobrecarga, já que em Minas há apenas um juiz para cada 20 mil habitantes. Na capital, a proporção é ainda pior: um para 36 mil. "Para se ter uma ideia, na Argentina a média é de um magistrado para cada grupo de 10 mil pessoas." Também falta pessoal, tanto juízes quanto funcionários, escrivães, oficiais e peritos. A modernização tecnológica não acontece no ritmo e proporção necessários. A capacitação da mão de obra só engatinha. Ainda é preciso, na sua avaliação, maior dotação orçamentária.

FALTAM
MAGISTRADOS

Em MG, há 1 juiz para cada
20 mil habitantes

Em BH, há 1 juiz para cada
36 mil habitantes

Na Argentina,
a proporção é de
1 para 10 mil

As doenças do corpo e da mente, o estresse e o cansaço são o cenário geral da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), juiz Nelson Missias de Moraes, conta que o aumento recente detectou um índice de infartados na casa dos 40 anos. E diz que tornaram-se comuns os pedidos de exoneração de juízes que ainda não chegaram à faixa etária. "A população cresceu e ficou mais exigente de seus direitos. Vai à Justiça resolver seus conflitos porque não quer mais esperar. Só que, do jeito que está, é difícil atendê-la da maneira que

merece", queixa-se Missias, que dorme no máximo quatro horas por noite, não se alimenta de forma adequada e, como resultado, viu a balança avançar vários dígitos. "A obesidade também virou um problema comum entre os magistrados", comenta.

Talvez ainda mais assombrosa seja a prevalência (32,2%) de juízes em risco de apresentar transtornos mentais, muito superior àquela encontrada em estudos realizados em outras populações, conforme desvendou a pesquisa da Anamatra/UFMG. Outro dado extremamente perigoso: uma parcela de juízes que respondeu às perguntas foi afirmativa quanto à questão sobre se já tinha pensado em acabar com a própria vida. Não ficou só na estatística. No dia 4 de agosto deste ano, uma juíza do trabalho de Recife atirou-se do 11º andar do prédio onde trabalhava. Meses antes, um magistrado do Rio de Janeiro havia dado fim à sua vida. O que a categoria espera é que, com informações tão alarmantes nas mãos, algo seja feito para afastar o demônio do meio-dia, que parece andar à espreita nas varas e nos tribunais. ☹

VIVER Outubro 21 - 2011

VALE DO AÇO • QUARTA-FEIRA, 21 DE SETEMBRO DE 2011

CIDADES

PROTESTO NESTA QUARTA

Magistrados suspendem audiências

Juízes querem chamar a atenção para más condições de trabalho e dificuldades de funcionamento, reivindicando também maior segurança

REDAÇÃO - Magistrados de todo o país realizam nesta quarta-feira (21) uma manifestação em prol da valorização de sua carreira. No Vale do Aço, muitos dos magistrados estão em greve.

Brasileiros (AMB), suspenderão as audiências de instrução e julgamento agendadas.

Conforme o diretor regional da Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis),

serão realizados normalmente, mas de uma forma de a magistratura brasileira mostrar à sociedade e aos poderes públicos suas más condições de trabalho e dificuldades de funcionamento.

"Estamos reivindicando maior segurança no exercício da nossa função, reposição salarial de todas

entre outros, a fim de conferirmos maior celeridade e eficiência à prestação jurisdicional", resume.

Fioravante argumenta ainda que a insatisfação com a política remuneratória decorre do congelamento do salário dos magistrados desde 2006. "Já estamos há cerca de cinco anos sem qualquer reajuste, enquanto as

ciário e percebemos que não estamos estruturados para isso", observa.

O magistrado esclarece que as audiências suspensas serão designadas para nova data e que as partes serão informadas da mudança no próprio ato. Já as audiências de conciliação não serão suspensas.

VALE DO AÇO • QUINTA-FEIRA, 22 DE SETEMBRO DE 2011

CIDADES

PAUTA DE REIVINDICAÇÕES

Juízes e Promotores pedem 22% de reajuste

Com salário-base bruto de R\$ 18 mil/mês, queixosos alegam não ter recomposição de perdas inflacionárias desde 2006

IPATINGA - Como já havia sido anunciado, os Juízes e titulares do Ministério Público no Vale do Aço fizeram nesta quarta-feira (21) uma paralisação de 24 horas. Os magistrados aderiram ao movimento criado pela Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público da União (Frentas), que luta pela recuperação de perdas remuneratórias da classe, melhores condições de trabalho e segurança dos magistrados e promotores.

Quem tinha audiência marcada para esta quarta-feira, ao chegar a algum dos fóruns da região era avisado de que a data havia sido remarçada. A adesão ao movimento teve participação de juízes e promotores também da Justiça Federal e do Trabalho na região.

Representantes da classe das cidades de Ipatinga e Timóteo falaram sobre o movimento em coletiva no início da tarde, no salão do júri da Comarca de Ipatinga.

Entre as reivindicações estão a instituição de aparatos de segurança para a categoria; sistema de saúde que previna desgastes físicos e mentais com cobertura previdenciária; política remuneratória que garanta recomposição das perdas inflacionárias e

que resgate a valorização de

Segundo o diretor Regional da Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis), Marcelo Fioravante, os promotores e juízes, que recebem atualmente um salário-base bruto de R\$ 18 mil/mês não reivindicam aumento de salário, mas desde que foram fixados os valores de subsídios em 2006 não houve mais a recomposição de perdas inflacionárias, que hoje estariam em torno de 22%.

As pessoas que precisam usar o judiciário. Além da questão remuneratória cobramos ainda a segurança dos magistrados, que entrou em voga após a execução da juíza



REPRESENTANTES da classe nas cidades de Ipatinga e Timóteo falaram sobre as razões do protesto em coletiva no início da tarde

Patrícia Acioli, do Rio de Janeiro". Conforme ele, no Vale do Aço mesmo já houve casos de ameaças feitas a juízes e promotores.

A Juíza Diretora do Foro da Comarca de Ipatinga, Mari Maria Braga, acrescenta: "O número de processos vem crescendo vertiginosamente e não

há servidores nem estruções para enfrentar esse aumento de demanda. Faltam recursos humanos e materiais".

CIDADES

Diário Popular
Quinta-feira, 22 de setembro de 2011

9

JUSTIÇA

MOBILIZAÇÃO PEDE REAJUSTE PARA JUÍZES E PROMOTORES

Atualmente, salário-base é de R\$ 18 mil; categoria reivindica recomposição de 22% nos vencimentos

IPATINGA - Os juizes e promotores das comarcas de Ipatinga, Coronel Fabriciano e Timóteo se reuniram na tarde de ontem (21) para uma mobilização pelo Dia Nacional de Valorização da Magistratura e do Ministério Público, comemorado no dia 21. As audiências previstas para esta quarta-feira serão remanejadas.

Nessa mesma data, vários representantes da categoria estiveram em Brasília, defendendo a correção dos subsídios pagos aos magistrados e representantes do MP. Na região, a adesão ao movimento foi de 100%, incluindo a Justiça Federal, a Justiça do Trabalho, entre outras.

A categoria pede a recomposição de 22% nos vencimentos.

Atualmente o salário-base de um juiz é de R\$ 18 mil, segundo informou a juíza Marli Maria Aparecida Braga, da Vara de Execuções Penais e presidente do Foro da Comarca de Ipatinga.

Outro ponto destacado pela juíza Marli é o aumento do processos em todas as áreas do judiciário, desacompanhado de mão-de-obra. "Enfrentamos essa questão dos recursos humanos deficitários para o trabalho que hoje desempenhamos".

REAJUSTE

"Desde 2006, não temos recomposição da inflação, quando foi estabelecido o subsídio da magistratura. Queremos que os tribunais consigam negociar com o



Juizes e promotores pedem recomposição de 22% nos salários

Executivo para que seja encaminhado o projeto de lei do reajuste, e esse projeto seja implementado na forma da lei, como estabelece a Constituição Federal", falou.

Além da política monetária, a classe pede a instituição de um aparelho de segurança que garanta

incolumidade da saúde e de vida e sistema de saúde que previna doenças físicas e mentais, com adequada cobertura previdenciária.

AUMENTO EM CASCATA

"A nossa proposta de reajuste faz parte da proposta orçamentária que é encaminhada pelo Supremo

Tribunal Federal ao orçamento da União, que deve ser aprovada pelo Congresso. Há uma congregação forte das associações de todo o país em torno do movimento. Garantimos a manutenção das prestações de serviços jurisdicional, atendimento às pessoas carentes e urgentes", comentou o re-

presentante regional da Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis), o juiz Marcelo Fioravante.

Depois que o reajuste foi aprovado no âmbito federal existe uma previsão constitucional de que todas as remunerações de juizes e promotores a nível estadual sejam revistas, gerando o chamado aumento em cascata. A base de cálculo para os vencimentos parte do subsídio do ministro do Supremo Tribunal Federal.

no exercício da função, recomposição salarial de todas as perdas causadas pela inflação e ainda condições mais dignas para maior celeridade do trabalho, com a informatização e mais assessores.

O JORNAL QUE É A CARA DO SUL DE MINAS

WWW.JORNALSULDASGERAIS.COM.BR

SUL DAS GERAIS

1 ANO

ANO II - 58ª EDIÇÃO

MACHADO, MINAS GERAIS, 23 DE SETEMBRO DE 2011

FECHAMENTO ÀS 03H12, 23/09

JUDICIÁRIO FAZ MANIFESTAÇÃO

Dr. Fernando fala sobre a mobilização dos magistrados no país

Na quarta-feira, 21, aconteceu a mobilização dos magistrados de todo o país, inclusive em Machado. O juiz da 1ª Vara da Comarca de Machado, Dr. Fernando Tamburini comenta sobre o movimento.

Segundo o juiz, o objetivo da mobilização seria a luta pelo aumento da segurança da classe, criação da polícia judiciária e reposição salarial de 14%. A iniciativa partiu após a morte da juíza carioca Patrícia Aciole, executada a tiros por policiais cariocas.

No país, todas as audiências deste dia foram remarcadas,

exceto os casos urgentes. Machado seguiu a mobilização, realizando apenas um tribunal do júri.



Os juizes Bruno Terra Dias, presidente da AMMAGIS, e Fernando Tamburini, comarca de Machado.

DIÁRIO DO AÇO

CIDADES

Quinta-feira, 22 de setembro de 2011

Paralisação por reajuste salarial

Juizes e promotores reivindicam ainda melhores condições de segurança

BRUNA LAGE

IPATINGA - Juizes e promotores de Justiça promoveram uma paralisação parcial de suas atividades nesta quarta-feira (21). O movimento mobilizou, sob orientação da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), juizes de todo o país em defesa da valorização da carreira. No Vale do Aço, os representantes do movimento promoveram uma coletiva na tarde de ontem no salão de júri da Comarca de Ipatinga, a fim de explicar o motivo da paralisação. Atualmente, o salário base da classe é de R\$ 18 mil, e a reivindicação é de reajuste da ordem de 10%.

tinga, Marli Maria Braga Andrade, a classe não recebe reajuste de salário desde 2006. "Não é feita recomposição da inflação desde então, quando foi estabelecido o subsídio para a magistratura. Nossa luta é também por condições melhores de trabalho, haja vista o aumento de nossa demanda", explicou. A magistrada disse ainda que "nossa pretensão é que os tribunais consigam negociar com o Executivo para que seja encaminhado o projeto de lei do reajuste e que esse reajuste seja implementado na forma devida, como estabelece a Constituição Federal". Além do reajuste,



Autoridades judiciárias durante entrevista coletiva no salão de júri do Fórum de Ipatinga

Além dos magistrados, aderiram ao movimento os promotores de Justiça de Timóteo e Ipatinga. A juíza titular do Foro da Comarca de Timóteo, Lucy Aznar, que se aprofundou sobre as condições de trabalho e a segurança no exercício da função.

Segundo o diretor regional da Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis), que congrega os juizes estaduais, Marcelo Rodrigues Fioravante, será decidido, junto

às outras associações, se haverá nova paralisação no futuro. "Deliberaremos a respeito, haja vista que os próximos passos serão realizados em conjunto. Mas esperamos que nossas solicitações sejam atendidas o mais rápido possível, e que não seja necessário nada disso", pontuou. Fioravante explicou, ainda, que as audiências marcadas para esta quarta-feira já estão devidamente agendadas. "Os envolvidos foram comunicados no mesmo dia e já estão cientes das novas datas", disse.

Entre os envolvidos estão o promotor de Justiça Carlos Simonassi, Lidiane Lorch, além dos promotores César Augusto dos Santos e Bruno Schiavo.

Magistrados suspendem audiências nesta quarta

IPATINGA - Juizes de Direito de todo o país realizam, nesta quarta-feira (21), uma manifestação em prol da valorização da carreira. No Vale do Aço, grande parte dos juizes estaduais aderiu ao movimento e, seguindo a orientação da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), serão suspensas as audiências de instrução e julgamento agendadas para esta quarta-feira.

Juizes federais e do Trabalho também fortalecem a mobilização nacional, mas não há informações sobre a suspensão de audiências.

Conforme o diretor regional da Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis), que congrega os juizes estaduais, juiz Marcelo Rodrigues Fioravante, o protesto não tem o caráter de uma greve, haja vista que os trabalhos internos serão realizados normalmente, mas sintetiza uma forma de a magistratura brasileira mostrar à sociedade e aos poderes públicos suas precárias condições de trabalho e dificuldades de funcionamento.

"Estamos reivindicando maior segurança no exercício da nossa função, reposição salarial de todas as perdas causadas pela inflação e condições mais dignas de trabalho, com maior informatização, mais assessores, melhoria dos prédios, entre outros, a fim de conferirmos maior celeridade e eficiência à prestação jurisdicional", resume.

Fioravante lembra ainda que a insatisfação com a política remuneratória decorre do congelamento do salário dos magistrados desde 2006. "Já estamos há cerca de cinco anos sem qualquer reajuste, enquanto as outras carreiras têm todos os anos uma recomposição em sua data-base. Por outro lado, enfrentamos o aumento crescente das demandas do Judiciário e percebemos que não estamos estruturados para isso", observa.

As audiências suspensas serão designadas para nova data e as partes serão informadas da mudança. Já as audiências de conciliação não serão suspensas.

DIÁRIO DO AÇO

CIDADES

Quarta-feira, 21 de setembro de 2011

ESTADO DE MINAS (BH) • 9 E 12 DE OUTUBRO DE 2011



ESTADO DE MINAS (BH) • 7 DE OUTUBRO DE 2011



HOJE EM DIA (BH) • 8 DE OUTUBRO DE 2011



ESTADO DE MINAS (BH) • 6 E 8 DE OUTUBRO DE 2011



AMAGIS COMENDA GUIDO DE ANDRADE

A direção da Associação Mineira de Magistrados (Amagis), presidida pelo juiz de Direito Bruno Terra Dias, promove hoje solenidade para entrega da Comenda Desembargador Guido de Andrade, a mais alta condecoração da entidade, a um grupo restrito de agraciados. São eles o presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, deputado Dinis Pinheiro; Sálvio de Figueiredo Teixeira, ex-ministro do Superior Tribunal de Justiça; o comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais, coronel Renato Vieira de Souza; além deste colunista. O desembargador Geraldo Duarte de Paula será o orador oficial do evento, às 19h30, na sede da Amagis.

AMAGIS COMENDA GUIDO DE ANDRADE

Teve três oradores a solenidade de entrega da Comenda Guido de Andrade, quinta-feira, na sede da Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis), a apenas quatro agraciados. O desembargador Duarte de Paula, orador oficial, falou sobre o difícil exercício da magistratura, a função solitária de formular a sentença. No princípio, a tarefa cabia aos reis, depois foi transferida aos homens da lei. Já o deputado Dinis Pinheiro, presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, abordou a situação do juiz no Brasil: muitos estão ameaçados de morte e vários foram assassinados. Pediu a cooperação irrestrita entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário para proteger os magistrados. O anfitrião do evento, o juiz Bruno Terra Dias, presidente da Amagis, exortou o exercício amplo da cidadania a fim de que os conceitos de justiça, honradez e respeito aos direitos individuais sejam preservados no país.

AGRACIADOS PÚBLICO ECLÉTICO

Foram apenas quatro os agraciados com a Comenda Guido de Andrade: Sálvio de Figueiredo Teixeira, ex-ministro do Superior Tribunal de Justiça, o comandante-geral da Polícia Militar, coronel Renato Vieira de Souza, o deputado Dinis Pinheiro, presidente da Assembleia Legislativa, e este colunista. O governador Antonio Anastasia foi representado pela secretária da Casa Civil, Maria Coeli Pires. Público eclético participou da cerimônia: ministros de tribunais superiores, desembargadores, juizes, deputados federais e estaduais, alta oficialidade da Polícia Militar, advogados, empresários e figuras de sociedade. Encontro de sucesso, organização perfeita. O presidente da Amagis, Bruno Terra Dias, revelou-se anfitrião atento aos mínimos detalhes. No fim, houve coquetel de confraternização.

O TEMPO (BH) • 26 DE OUTUBRO DE 2011



São João del Rei

A diretoria da Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis) esteve em São João del Rei, no Campo das Vertentes, na última segunda-feira. Na ocasião, foi realizada uma reunião com os magistrados da região e inaugurada a 27ª Seccional da Associação, localizada na Vila Marchetti. A diretoria da seccional é composta por Hélio Martins Costa, Donizetti Nogueira Ramos e Maria de Fátima Santos Dolabela. O encontro fez parte do processo de interiorização das ações da Amagis, com o objetivo de promover, cada vez mais, a integração de toda a magistratura mineira.

HOJE EM DIA (BH) • 30 DE SETEMBRO DE 2011

HOJE EM DIA - BELO HORIZONTE, SEXTA-FEIRA, 30/9/2011

6 Política

MÁRCIO FAGUNDES

E-mail: mfagundes@hojeemdia.com.br

MagisCultura

Será lançado hoje, em Ouro Preto, o sexto número da revista MagisCultura, da Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis). A revista reúne textos literários e culturais de juizes e desembargadores de Minas Gerais e de convidados especiais, entre eles o prefeito de Ouro Preto, Ângelo Oswaldo (PMDB), que neste número escreve sobre o ciclo do ouro em Minas Gerais. O lançamento da revista será na Casa dos Contos, às 11 horas. Além de juizes e procuradores, também foram convidados para o evento os prefeitos de Mariana, Terezinha Ramos (PTB), e de Sabará, Willian Borges (PV), municípios que também nasceram de vilas no Brasil Colônia, há 300 anos.

HOJE EM DIA - BELO HORIZONTE, TERÇA-FEIRA, 18/10/2011

12 Opinião

MANOEL HYGINO
DOS SANTOS

Jornalista e escritor - E-mail: colunamh@hojeemdia.com.br

No campo do direito

A Associação dos Magistrados Mineiros, cujo presidente é o juiz de direito Bruno Terra Dias, entregou a personalidade, no dia 6 de outubro, a Comenda Desembargador Guido de Andrade, homenageando aquelas que prestaram relevantes serviços à AMAGIS e ao fortalecimento da magistratura. Receberam a distinção o ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira, o deputado Dinis Pinheiro, presidente da Assembleia Legislativa, o coronel Renato Vieira de Souza, comandante da PMMG, e o jornalista Mário Fontana.

Uma bela cerimônia, que demonstrou publicamente o interesse da entidade e de seus associados em prestigiar segmentos da sociedade no Estado, representados por quatro forças importantes das instituições.

Já no dia 5, a Academia Internacional de Direito e Economia deu posse à professora Isabel Vaz, sucedendo ao acadêmico Sebastião Alves do Reis, saudada pelo acadêmico Carlos Mário da Silva Velloso, tendo o também acadêmico Ives Gandra Martins proferido palestra sobre "O ativismo judicial". Uma alta distinção à professora, no mesmo dia em que o Centro Jurídico Brasileiro recebia a bênção de suas instalações em Belo Horizonte, na Rua Santa Rita Durão.

Apraz-me fazer esses registros no momento em que advogados e magistrados enfrentam rumores e acusações sobre suas atuação. Não poderiam omitir-se num período de efervescência de críticas que alcançam os até aqui intocáveis patamares da mais alta corte de Justiça do país.

Chegou-se ao limite, quando a corregedora do Conselho Nacional de Justiça opinou que o esvaziamento do organismo beneficiária "bandidos escondidos atrás da toga".

São suspeitos de crimes 35 desembargadores, dos quais, porém, 20 já teriam sido punidos.

Quando os índices de criminalidade no país são ainda tão elevados, a despeito da ação explícita da autoridade pública; quando magistrados são mortos e ameaçados, quando o Conselho Nacional de Justiça pretende manter a resolução que regula processos disciplinares contra juízes, com o que não concorda a Associação dos Magistrados Brasileiros, verifica-se que há problemas delicados a serem solucionados e que, em última análise, repercutem na vida do cidadão e na sociedade.

Nessa conjuntura, manifestações se fizeram no Congresso Nacional e no Supremo Tribunal Federal reclamando por perdas salariais dos magistrados desde 2006 e exigindo uma política nacional de proteção judiciária. São dois temas que não podem ser ignorados, se se quiser uma Justiça limpa, transparente e confiável, como deve e se necessita. Advogados, professores de Direito, magistrados, têm um singular papel na sociedade e os que praticam a advocacia, o magistério e a magistratura têm, e devem ter, consciência de seu dever. O ofício exige condições especiais para seu exercício. Não sem razão Rui afirmou que "a moralidade, nos homens consagrados ao serviço de julgar, não se apura somente dos atos profissionais. O mau filho, o mau esposo, o mau pai-de-famílias, o violento, o dissipado, o incontinente, apontados como tais pela sociedade, como tais denunciados pela imprensa, não têm capacidade moral para o exercício da judicatura em geral, quando mais da magistratura suprema, a que a Constituição pôs a cláusula estrita de notável reputação".



Texto publicado sábado, dia 15 de outubro de 2011

NOTÍCIAS

Tribunal administrativo não pode ser instância única

✎
POR CARLOS FREDERICO BRAGA DA SILVA

Acirrada polêmica será resolvida em breve pela Excelsa Corte, investida que é da competência constitucional de dar a palavra final na interpretação da Lei Maior da Nação. É certo que os princípios universalmente assimilados sobre a independência do Poder Judiciário, a seguir delineados, serão considerados pelos ministros do STF no momento do julgamento.

O Escritório das Nações Unidas Contra Drogas e Crime (Unodc) estabeleceu os Princípios de Conduta Judicial de Bangalore, elaborados pelo Grupo de Integridade Judicial, constituído sob os auspícios das Nações Unidas, conforme prefácio da edição brasileira. Sua elaboração teve por objetivo "debater o problema criado pela evidência de que, em vários países, em todos os continentes, muitas pessoas estavam perdendo a confiança em seus sistemas judiciais (...)".

Foi ainda afirmado que se aos jurisdicionados lhes falta a confiança em sua Justiça, restará ferido o próprio Estado Democrático de Direito, cujo fundamento é a aplicação, a todos os atos e atores sociais, de leis e regras pré-estabelecidas. Com efeito, destaque-se o princípio segundo o qual o juiz deve manter-se informado sobre acontecimentos relevantes na lei internacional, incluindo convenções internacionais e outros instrumentos estabelecendo normas sobre direitos humanos.

No Brasil, o Conselho Nacional de Justiça exorta todos os juízes brasileiros à fiel observância do Código de Ética da Magistratura Nacional, o qual prevê que o conhecimento e a capacitação dos magistrados adquirem uma intensidade especial no que se relaciona às matérias, as técnicas e as atitudes que levem à máxima proteção dos direitos humanos e ao desenvolvimento dos valores constitucionais.

Os Princípios Básicos sobre a Independência do Judiciário foram aprovados pelas resoluções da Assembleia Geral da ONU 40/32, de 29 de Novembro de 1985, e 40/146, de 13 de dezembro de 1985. No que diz respeito às medidas disciplinares, suspensão e destituição dos magistrados, estabelece o artigo 17 que toda acusação ou queixa feita contra um juiz, pelo exercício das suas funções judiciárias e profissionais, deve ser tramitada expedita e justamente em conformidade com o processo adequado.

O juiz deve ter direito a ser ouvido com imparcialidade. O exame inicial da questão deve ser mantido confidencial, a menos que o juiz solicite o contrário. Já o artigo 18 diz que um juiz apenas poderá ser suspenso ou destituído por incapacidade ou em virtude de comportamento que o inabilite de continuar a desempenhar as suas funções.

Já o artigo 19 afirma que todos os procedimentos para a adoção de medidas disciplinares, de suspensão ou de destituição devem ser tramitados em conformidade com normas de conduta judicial estabelecidas.

Para finalizar, colacione-se o artigo 20, segundo o qual as decisões adotadas em procedimentos disciplinares, de suspensão ou de destituição deverão estar sujeitas a uma revisão independente. Esse princípio poderá não ser aplicável às decisões proferidas pela mais alta Corte Judiciária do País e às do Poder Legislativo no âmbito de processos de impeachment ou similares.

Ou seja, a ilação obrigatória é que não se deve empoderar um Tribunal Administrativo a resolver de forma isolada e em única instância reclamações contra o juiz, sob pena de se ferir a Constituição, a Lei Orgânica da Magistratura (Loman) e os princípios consagrados nas normas da Organização das Nações Unidas, que revelam autorizada interpretação das disposições sobre Direitos Humanos. Aqueles que pregam o contrário por interesses sindicais e momentâneos não prestam bons serviços à democracia brasileira.

Assim, para a solução razoável do problema em análise, e para o verdadeiro aprimoramento técnico do Estado Democrático de Direito Brasileiro, propõe-se que a linguagem internacional e a evolução dos *standards* ajustados verdadeiramente penetrem no Direito substantivo doméstico através da incorporação, pelo conteúdo dos precedentes judiciais do STF e pelas decisões administrativas do CNJ, das razões e dos valores estabelecidos consensualmente nos tratados internacionais e demais normativos da ONU.

O raciocínio contrário permitiria até mesmo a reclamações contra a República Federativa do Brasil em organismos internacionais, sob o argumento de não se estar efetivamente assegurada a independência judicial aos magistrados brasileiros, nos termos definidos pelos parâmetros universais.

Registre-se que a sociedade e magistratura brasileiras devem comemorar que 99,8% dos integrantes do Poder Judiciário não têm qualquer tipo de condenação por parte do CNJ, o qual já teve várias decisões revertidas pela mais alta Corte do País, conforme amplamente noticiado pela imprensa. Não se conhece classe mais fiscalizada no Brasil do que a dos juízes e os números provam que a sua quase inteira totalidade é composta por homens à altura das funções.

HOJE EM DIA - BELO HORIZONTE, SEGUNDA-FEIRA, 10/10/2011

Opinião 7

O Judiciário necessário à sociedade

NELSON MISSIAS DE MORAIS

O país vive, hoje, um momento importante e de reflexão sobre o Judiciário que a sociedade quer e que lhe seja necessário. Os Poderes da República não podem nem devem existir em si e por si mesmos. Seu destinatário final é sempre o cidadão; caso contrário, não justificaria a existência deles.

Para evitar que se faça justiça com as próprias mãos, adotamos um modelo para solucionar os conflitos da sociedade por meio do Poder Judiciário, que recebe do Estado uma delegação para dirimir tais litígios entre as partes.

Esse sistema, consagrado na Constituição, permite que as partes se estabeleçam dentro de um mesmo patamar de igualdade, no qual o juiz deve julgar com a verdade processual, ou seja, de acordo com aqueles elementos de convicção que estão nos autos. Sem pressões externas, é necessário que tenha independência para estabelecer a relação de igualdades, impedindo a influência do forte sobre o fraco.

É um modelo que só se preserva e se realiza plenamente, quando o juiz tem, efetivamente, os seus predicamentos preservados, como os da inamovibilidade, da irredutibilidade dos vencimentos e da vitaliciedade.

No momento em que outras instituições, em vez de respeitarem esses predicamentos da magistratura, interferem de forma a fragilizá-los provoca danos à de-

mocracia, ao Judiciário e à própria sociedade.

Por isso mesmo, nós, enquanto sociedade organizada, temos que preservar, com todas as forças, esses predicamentos e princípios fundamentais e constitucionais do exercício da magistratura e do Judiciário.

Torna-se altamente preocupante, quando se identifica, por exemplo, escutas telefônicas contra magistrados, sem se respeitar o que prevê a Constituição, ou seja, a autoridade competente para proferir uma decisão dessa natureza e magnitude. Além de afronta às normas jurídicas, significa uma velada intimidação a membros de um dos poderes, redundando em um grave prenúncio.

Violações dessa natureza fragilizam não só o Poder Judiciário, mas, em última análise, a democracia e o Estado de Direito. Tão grave quanto isso é a recaída de alguns setores pelo estado policalesco e atentatório às garantias dos magistrados, como já fez, em Minas, membros do Ministério Público em investigações sem a devida autorização do órgão especial do Tribunal de Justiça.

Como diz a lei, escutas e investigações contra juízes precisam antes ser autorizadas pelos tribunais. É aí que as Associações de Magistrados devem atuar de forma eficaz para coibir os excessos, como agiu a Amagis, ao coibir essa desenfreada ação que provoca estresse desnecessário e fragiliza não só o magistrado, mas toda a instituição.

Essas ocorrências são danosas ao Judiciário e ao próprio Ministério Público, uma vez que são instituições caras à cidadania e à democracia.

Há também outras opiniões, nesse e em outros casos, sobre a atuação das Associações que não correspondem à realidade. O papel das Associações é o de defender o Poder instituído e seus membros, conforme preconizado pela Carta Magna.

A Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), por exemplo, não pretende, de forma alguma, reduzir os poderes do Conselho Nacional de Justiça, quando se fala em investigação de magistrados. Ao contrário, quer que a atuação do CNJ seja aquela preconizada na Emenda Constitucional 45. Apenas isso.

Ainda assim, temos a convicção plena de que tais conflitos serão superados, porque as instituições são mais fortes do que determinados momentos isolados na vida da República. Elas são perenes e foram consagradas por um poder constituinte originário.

Temos razões de sobra para afirmar que nosso modelo tem sido eficiente: desde a promulgação da Constituição da República, há 23 anos, o Judiciário ficou assoberbado de trabalhos e, se há acúmulo, é porque a sociedade acredita nesse Poder. Afinal, ninguém procura algo em que descredita e que não merece respeito e credibilidade.

Secretário-geral da AMB e ex-presidente da Amagis

HOJE EM DIA - BELO HORIZONTE, SEGUNDA-FEIRA, 3/10/2011

Opinião 7

ARTIGO

Não é a primeira vez

BRUNO TERRA DIAS

As dores e amarguras dos cargos públicos, com responsabilidades decisórias, sufocam a alma dos angustiados, quaisquer que sejam suas profissões; da mesma forma, podem gerar excessos. Com certa frequência, ganham notoriedade entrevistas e declarações evidentemente equivocadas e generalizantes, tratando a todos como se estivessem contaminados com alguma forma de corrupção.

Nossa sociedade, em sua história, chegou à era do controle social, embora haja pouca compreensão sobre o que isso seja. Tal situação se reflete no entendimento e extensão de atribuição e independência fiscalizatória de certos órgãos.

Essa atribuição fiscalizatória deve ser exercida com independência, mas sob a exigência ética fundamental de que seja em nome e em defesa da sociedade, respeitadas as conquistas da nossa cidadania e democracia, não esquecendo a autonomia estadual e a repartição de competências inerentes ao regime federativo. Tudo o que desborde da sobriedade

de e do comedimento não serve de motivação para atuar.

A toda evidência que a assunção da Corregedoria Nacional de Justiça implica compromissos antipáticos, como apontar algum colega magistrado, imputando-lhe conduta desonrosa e assumindo o encargo de fazer prova de tudo quanto alegado. O que não cabe é o refúgio na generalização, que afronta coletivamente e pratica a injustiça de colocar em dúvida a honorabilidade de todos.

Não se busca aqui a censura fácil do demagogo ou o confronto estéril. O que se destaca é a preocupação cívica de que a Corregedoria Nacional de Justiça não reedite momentos de obscurecimento da consciência da Nação, em prejuízo da ampliação da democracia no Poder Judiciário.

De falta de democracia reclama a magistratura, de cerceamento à cívica participação nas esferas de decisão dos tribunais, de não poder discutir os destinos da judicatura com os exercentes de cargos diretivos dos tribunais e do próprio Conselho Nacional de Justiça. Enfim, reclama a ma-

gistratura de não ser ouvida, da falta de diálogo, da baixa qualidade da comunicação da Corregedoria Nacional de Justiça.

Em entrevista concedida à Associação Paulista de Jornais, dia 26 de setembro, a ministra Eliana Calmon, Corregedora Nacional de Justiça, declarou, genericamente, que eventual acolhimento de Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI), em face da Resolução 135 do CNJ, implicaria favorecimento a "bandidos que estão escondidos atrás da toga".

Não é a primeira vez que a Sra. Corregedora equivocou-se. Já o fez em passado recente, em entrevista publicada no jornal "Estado de São Paulo", edição de 30 de setembro de 2010.

Faz parte do jogo democrático a submissão a um julgamento final quanto a constitucionalidade de qualquer ato, gostemos ou não do resultado. A Resolução 135 do CNJ não está excluída da jurisdição do Supremo Tribunal Federal. O que se espera é que o STF julgue rapidamente a ADI, protegendo a Constituição, como é sua missão.

Presidente da Amagis